

HOMEN E NATUREZA: POR UMA POLITICA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Manuel Correia de Andrade

01 - A POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE: UTOPIA OU REALIDADE?

Vive-se, hoje, urna situação de perplexidade como desmoronamento do chamado socialismo real e a tentativa de integração dos países, dito socialistas, na área de influência capitalista. Forma. se a Pax Americana, com o controle de toda a superfície da terra por urna superpotência.

Acabou-se a bipolarização política e, com ela, uma série de mitos. Entre estes o de que o capitalismo, que tem como objetivo final a maximização dos lucros, teria preocupação como meio ambiente, de vez que o desprezo ao mesmo otimizaria os lucros das empresas. E este mito é real, sobretudo quando os grandes grupos econômicos planejam os empreendimentos a desenvolver nos países classificados como do Terceiro Mundo. Quanto aos países socialistas, admitia-se que, com urna economia planificada cuja meta era produzir para atender às necessidades elementares da população, houvesse uma maior preocupação com a qualidade de vida e, conseqüentemente, com a preservação do meio ambiente. O que se observa, porém, é que no confronto entre os dos sistemas, as preocupações militares, de defesa do Estado, têm sido maiores do que com aquelas do bem estar da sociedade, e que nos países socialistas, o processo de degradação do meio ambiente não foi eficientemente combatido. Que fazer, então, com a natureza e, após a sua destruição, com o homem que a destruiu?

O movimento ecologista surgiu com grande força em todo o mundo, defendendo com um idealismo aberto e agressivo a necessidade de preservação da natureza, ou de utilização de processos que explorem os recursos naturais mantendo um mínimo de conservação do meio ambiente.

Nos congressos e reuniões científicas nacionais e internacionais, nos livros, revistas e jornais. a Ecologia vem se transformando em um assunto de grande atualidade e até criando, em certos sectores, urna utopia, semelhante àquela do progresso contínuo do século XIX e do socialismo, na primeira metade do século XX. E, como toda utopia, os seus adeptos podem se acreditar iluminados e cometer exageros que possam prejudicar o próprio homem, principal elemento da natureza.

Analisando-se a bibliografia ecológica moderna, observa-se pelo menos três correntes de posicionamento: a utópica, que deseja a todo custo manter a natureza intocada, preservar as associações vegetais, os cursos d'água e o ar, esquecendo que os recursos naturais necessitam ser explorados a fim de atenderem às necessidades do homem em um momento em que a população mundial cresce de forma acelerada; uma segunda corrente, a predadora, aferrada aos princípios capitalista mala ortodoxos, acha que o poder público deve se omitir

a deixar que as empresas explorem os recursos com uma intensidade cada vez maior para que obtenham mais lucros, deixando à natureza a “obrigação” de se recompor, a fim de fornecer mais riquezas a serem apropriadas; e uma terceira corrente, ainda influenciada por princípios socialistas e comunitários, defende um processo de exploração dos recursos naturais dentro de um planejamento que leve em conta as condições naturais e as formas mais compatíveis à exploração das mesmas. Para desenvolver uma política desse tipo, é necessário que o Estado ou o poder público de um modo geral fiscalize e intervenha para conter a cobiça dos grandes grupos econômicos.

Pensamos que a fase da utopia ecológica deve ser ultrapassada e substituída por uma Ecologia científica e racionalizada que possa conduzir o homem a fazer o manejo da natureza sem destruí-la.

Momentos de crise econômica, política, social e cultural, como o que ora vivemos, são propícios à reformulação de idéias e de ideologias, de retificação de metodologias, de posições epistemológicas, e da procura de novos paradigmas. É oportuno que se faça uma reflexão sobre a situação brasileira no que diz respeito ao uso dos recursos e a sua repercussão sobre o meio ambiente, a fim de que se possa propor uma política de proteção ao mesmo e que, indiretamente, dê proteção ao homem, de vez que já se disse “que a pior forma de poluição é a miséria”.

02 - O PROBLEMA DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Os quase quinhentos anos de história do Brasil podem ser considerados como cinco séculos de depredação e devastação do meio ambiente, acompanhados de cinco séculos de poluição. Para facilitar uma reflexão, em escala nacional, pode-se catalogar este processo destrutivo em quatro grandes itens:

- a - destruição da vegetação natural;
- b - degradação das águas;
- c - destruição dos solos;
- d - degradação do homem.

O Brasil em 1500, ano em que foi iniciada a invasão portuguesa, era uma das áreas com maiores extensões florestais do mundo. Florestas que deslumbravam os visitantes e que levaram Pero Vaz de Caminha, em famosa carta ao Rei de Portugal, a elogiar, entusiasmado, a beleza da terra e a afirmar que ela parece tão fértil que “em só plantando tudo dá”. Era o país maravilhoso, posteriormente batizado como “país do futuro”.

Mas, no processo de povoamento e de ocupação do território, o português procedeu à derrubada impiedosa das densas florestas, a fim de ocupá-las com canaviais, e muita árvore foi destruída para produzir o combustível necessário a alimentar as fornalhas dos engenhos banglêes. A ação devastadora era feita com o fogo, com a chamada “coivara” atribuída ao indígena -, para diminuir o trabalho

do homem, do agricultor. E da floresta, além da lenha, se tirava a madeira para as construções, para a confecção de móveis, de caixas de açúcar, de bordalesas para a aguardente, etc.; não se preocupava o colonizador em poupar reservas de matas ou deixar áreas em reflorestamento, despindo os solos da vegetação de grande porte⁽¹⁾. Desse modo, a Mata Atlântica, que se estendia do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, foi sendo paulatinamente destruída e em seu lugar surgiram áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, à pecuária, à cultura de mantimentos e ao café. Na zona do cacau, a mata só não foi completamente destruída porque essa cultura necessitava de sombra para sobreviver e o agricultor adotou o sistema do cabocamento⁽²⁾ em que algumas árvores eram destruídas para ceder lugar, dentro da parte restante, ao cacauzeiro. E, à proporção que as técnicas agrícolas foram evoluindo, se dinamizando, as áreas de cultura foram se expandindo e a floresta foi rareando.

Na segunda metade deste século, observou-se a exploração criminosa das florestas do sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo, por madeiras que substituíram a floresta nativa por pastagens, fazendo desaparecer madeiras nobres, madeiras de lei, como a jacarandá, a sucupira, o magno e tantas outras, que poderiam ter sido preservadas. Só em pontos mais acidentados, como na encosta da Serra do Mar, ainda restam conjuntos florestais expressivos, hoje transformados em parques nacionais; mas a preocupação com a preservação da Mata Atlântica chegou muito tarde, quando ela já estava quase completamente destruída.

Nas caatingas - nordestinas, de vegetação pouco espessa e caducifolia, a expansão da pecuária se fez à custa dessa vegetação natural. Tanto nas áreas de caatingas arbóreas como nas de arbustivas, os criadores de gado passaram a usar a "queima do pasto", antes da estação das chuvas, -para facilitar o brotamento do mesmo, lançando na área uma grande quantidade de animais, bovinos, caprinos e ovinos, acima da capacidade de lotação das mesmas. A tendência, após anos de uso, é que a vegetação definhasse, os solos fiquem mais expostos à ação dos raios solares e dos lençóis de escoamento pluvial, fazendo com que o processo de desertificação se acelere e se acentue. Este problema muito preocupou o ecólogo e botânico Vasconcelos Sobrinho, na fase final de sua carreira.

Mas os criadores de gado não degradaram apenas a caatinga, eles avançaram pelas florestas existentes nas serras, onde estabeleceram áreas agrícolas e de refúgio para os animais na estação seca, destruindo a vegetação natural e acelerando a erosão. Recentemente, a exploração mineral na área de caatinga acelera mais ainda o desflorestamento, como ocorre em Currais Novos, com a

¹ ANDRADE, Manuel Correia de – A Terra e o Homem no Nordeste. 5ª edição. São Paulo. Atlas. 1986.

² SANTOS, Milton- Zona de Cacau ao Estudo Geográfico. 2ª edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1957.

siderúrgica que produz ferro gusa usando o carvão vegetal como combustível ⁽³⁾, e nas áreas do alto sertão pernambucano onde se explora a gipsita, ou a de Gilbués, no Piauí, com os garimpos de diamante.

A floresta sub-tropical, conhecida como Araucária, e as matas do Norte do Paraná, que cobriam grande parte dos estados do Sul até os meados do século XX, também foram derrubadas impiedosamente na conquista de solos para plantação de algodão e café, inicialmente, e, mais recentemente, do trigo e da soja. O processo ali foi planejado “cientificamente” por empresa inglesa ⁽⁴⁾ e acompanhado da implantação de cidades e de uma ferrovia provocando deslocamentos de população; depois, nas décadas de Quarenta e Cinquenta, quando houve a retração da produção de algodão e café, seguiu-se uma nova migração para o Centro Oeste. O crescimento de pastagens para a pecuária e a expansão de culturas mecanizadas - trigo e soja - desalojaram e expulsaram a força de trabalho no anos Setenta. Isto sem falar no excedente populacional provocado pela formação do grande lago de Itaipu.

O atual Mato Grosso do Sul foi invadido do sul para o norte e teve as suas florestas destruídas visando a comercialização da madeira e a expansão da pecuária e da agricultura. Onde está hoje a produção de mate, tradicional, quando as áreas de floresta transformadas em pastagens, plantações de trigo, de soja e canaviais? Só região que circunda Dourados existem em funcionamento cerca de cinco destilarias de álcool.

Mais para o norte, o cerrado, que foi objeto de estudos sobre seu aproveitamento agrícola, e as florestas, ricas em castanheira, em seringueiras e em ipeca, foram destruídas para permitir desenvolvimento de campos cultivados, muitas vezes em solos muito pouco férteis, e para implantar garimpos que exploram o ouro, as pedras preciosas e semi-preciosas e a cassiterita. É impressionante como o Brasil, ao se tornar o maior produtor de cassiterita transformou-se também em um dos países do mundo com campos de florestas destruídas e de solos degradados ⁽⁵⁾; devendo-se acrescentar a estes danos também a exploração feita pelas madeiras e a degradação e destruição das tribos indígenas. Os programas desenvolvidos em Rondônia para a implantação da cultura do café e do cacau, são profundamente comprometidos pela mineração e pela qualidade dos solos; e os programas esquecer ainda os problemas ligados ao custo do transporte para produtos cultivados em áreas distantes do mercado consumidor interno e dos portos de exportação.

Nos anos Setenta e Oitenta, muito se discutiu o processo de destruição da Floresta Amazônica com incentivos governamentais distribuídos pela SUDAM, e

³ ANDRADE. Manuel Correia de – O Mineiro Tungstênio no Nordeste Brasil. Mossoró, Coleção Mossorense, Série A. Número XL, 1990.

⁴ MULLER. Nice Lecoq. Contribuição ao Estudo de Norte do Paraná. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia Nº22. 1956.

⁵ ANDRADE. Manuel Correia de – A Produção de Cassiterita nas regiões Norte do Brasil. Rio de Janeiro. CNPq/CETEM, 1991.

com a implantação de projetos megalómanos e danosos à economia nacional, como a Jan ⁽⁶⁾ e o Carajás ⁽⁷⁾. No primeiro o caprichoso milionário norte-americano Daniel Ludwin, chegou a substituir, contra opinião de técnicos, a floresta heterogênea típica das regiões equatoriais por florestas heterogêneas de gnelina ⁽⁸⁾; com capitais garantidos pelo Governo Brasileiro, que teve ainda de forçar empresas privadas nacionais a assumirem o projeto, com grandes investimentos do Banco do Brasil, quando a multinacional se retirou.

Tão grave quanto os desmatamentos é o processo de degradação das águas que ora são prejudicadas pelo próprio desmatamento ora pelas atividades desenvolvidas nas margens dos rios e nas áreas drenadas para os mesmos. O simples desmatamento sobretudo em áreas montanhosas provoca uma maior rapidez no escoamento, das águas das chuvas, permitindo que elas aumentem o poder de transporte e levem, das partes altas para os vales e várzeas os sedimentos produzidos pela meteorização. Outro fenômeno dos canais fluviais entulhados é a dificuldade de escoamento das águas fluviais que se depositam nas depressões marginais aos rios e que, paradas, encharcam o solo e permitem o desenvolvimento de larvas e insetos prejudiciais ao homem. O caso da Baixada Fluminense é um exemplo histórico da maior importância: de área rica e grande produtora agrícola nos períodos colonial e imperial, ela foi se tornando uma sucessão de pântanos, devido ao assoreamento a que foi submetida. A sua recuperação, feita no período getuliano, foi imposta pela necessidade de expansão da cidade do Rio de Janeiro. E, se as suas condições físico-geográficas melhoraram, suas condições sociais se tornaram ainda mais difíceis.

Os rios, no Brasil, nunca foram objeto de uma preocupação maior; embora fossem essenciais ao abastecimento e à navegação, assim - como no desenvolvimento da agricultura nunca houve uma política de preservação dos mesmos. Pierre Mombeig, geógrafo francês, chamou a atenção para a importância dos pequenos rios que, tendo leitos muito profundos, exerciam uma grande influência na umidificação dos solos marginais, aguçando plantas por capilaridade. Gilberto Freyre defende a mesma tese e salienta a importância dos rios como áreas de banho e de lazer nos primeiros séculos de colonização. Mas o mesmo Gilberto Freyre que, ao estudar o Nordeste agrícola, canavieiro ⁽⁹⁾, se revolta e chama a atenção que as usinas de açúcar transformaram os rios em mictórios ou canais de escoamento de imundície, ao lançarem aos mesmos as águas servidas pelas indústrias e, sobretudo, o vinhoto. Mas isto continua a ser feito, apesar da celeuma que causa e da existência de toda uma legislação que proíbe este costume. Mesmo quando o Governo Federal financiou, com a PROALCOOL, a implantação de destilarias a custos baixíssimos, não exigiu dos empresários uma política ecológica, limitando-se a determinar que fossem construídas áreas de decantação

⁶ GARRIDO FILHA, Inês. O projeto Jari e os Capitais Extranjeiros na Amazônia. Petrópolis. Vozes, 1980.

⁷ VALVERDE, Orlando, Grande Carajás. Planejamento de Destruição. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1989.

⁸ PINTO, Lúcio Flávio - Amazônia: no rastro de sangue. São Paulo. HUCITEC, 1980.

⁹ O FREYRE, Gilberto - Nordeste. Aspectos de influência da Cana na Vida e na Paisagem do Nordeste do Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro. José Olimpo, 1951.

onde a vinhoto fosse depositado na época da safra. Este açudes, porém, são abertos para os nos na época das cheias matando a fauna ictiológica e os crustáceos que constituem a alimentação básica da população pobre ribeirinha.

Desse modo, toda a riqueza fluvial é periodicamente destruída, mesmo sabendo-se que existem processos técnicos que podem impedir o lançamento do vinhoto nos rios.

Mas não é apenas a agroindústria açucareira a responsável pela destruição dos rios, eles são largamente poluídos por outras indústrias e pelo esgoto urbano. As industriais químicas, por exempla, lançam aos nos líquidos com matérias químicas altamente poluidoras, inutilizando-se. Muitas veles as camadas superficiais são transformadas em espumas que denunciam a poluição. Isto, sem falar no grande dano causado às correntes fluviais pelo lançamento do mercúrio usado na lavagem do ouro, com conseqüências danosas á fauna e ao próprio homem. Esse processo de lavagem dos minérios leva até o leito dos nos urna grande quantidade de sedimentos, às vezes correntes de lama que sedimentam o leito, tornando-os mais largos e menos profundos.

Outro hábito nocivo também é o do lançamento dos detritos urbanos nos cursos d'água, poluindo-os com matéria orgânica em degradação, sobretudo com rnatérias fecais. Durante muito tempo. no Brasil, o mar os nos éramos lugares ande se lançavam os tigres", barris cheios do fezes acumuladas das residências; posteriormente, so serem implantadas às primeiras redes de saneamento urbano, estes materiais e as águas servidas, eram lançadas ao mar a urna certa distância da costa. Estas praias ficavam desvalorizadas, mas continuavam sendo utilizadas pelos habitantes das vizinhanças e por pessoas pobres, para o banho. Um exemplo bastante conhecido foi a da praia do Pias, no Recife, onde havia um grosso cano por onde escorriam os dejetos da cidade. Os nos de grande volume d'água também têm esta serventia, convindo lembrar que, recentemente, apontou-Se como urna das causas da transmissão do cólera na Amazônia - região drenada pelos Solimões . a utilização do grande rio como esgoto das cidades localizadas em suas margens e como fonte de abastecimento da população. Até no paraíso ecológico que deveria ser o Pantanal Matogrossense, vem se desenvolvendo um processo de degradação do rio Paraguai, cm conseqüência tanto da mineração como do lançamento de restos orgânicos no leito dos seus afluentes.

Quanto ao problema dos solos, observa.se um grande ataque aos mesmos, tanto físico, com a aceleração do processo de transporte dos sedimentos, como químico, como uso de inceticidas, de agrotóxicos e de resíduos industriais. O processo de transporte do solo e do regolito é estimulado pelo desmatamento, sobretudo em áreas inclinadas, fazendo com que os lençõis superficiais, difusos e concentrados, transportem partículas para as partes baixas, provocando acumulação nas mesmas, enquanto as encostas, desnudas tendem a ter as suas rochas expostas; isto, pode ser largamente observado no norte do Espírito Santo

(¹⁰). São ainda pela retenção das águas nas áreas plana, onde há dificuldade de escoamento fluvial . a montante de barragens, por exemplo –e os solos ficam encharcados, dificultando a atividade agrícolas. Nas encostas mais inclinadas e que servem de pasto, a grande quantidade de animais aí colocada, provoca um superpisoteamento e a formação de pequenos terraços chamados pelas franceses, de “terrassettes de vaches”. No vale da Paraíba, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, eles são largamente encontrados nas áreas pastoris.

A permanência de uma mesma cultura durante muitos anos em uma mesma área, sem que se proceda uma adubação periódica, provoca o empobrecimento do solo em sais minerais e leva a uma queda de produtividade agrícola; isto ocorreu na área canavieira do Nordeste, nos anos 40 e 50, quando a produtividade por hectare caiu a menos de 40 ton., forçando a utilização de técnicas de adubação para melhorar este nível.

Na Amazônia, região de clima quente e muito úmido, nos solos da “terra firme”, após o desmatamento, há um rápido processo de lixiviação, ou seja, de lavagem dos sais minerais, fazendo que a fertilidade haja verticalmente e haja uma forte tendência a desertificação. Nas regiões de clima equatorial, como os vales do Amazonas e do Zaire, há um domínio de solos arenosos e pobres mas que mantêm uma cobertura florestal muito densa, dando a impressão de que esta associação vegetal - a Hiléia de Humboldt - cresce em solos de grande fertilidade; na verdade, a floresta se auto-alimenta com as suas folhas e conserva a umidade no sub-bosque; com o desmatamento, estes solos perdem o suprimento em matéria orgânica e às águas passam a escoar rapidamente, diminuindo a sua umidade. Daí grande problema representado pelo desmatamento desenfreado da Amazônia.

O grande problema moderno, porém, é provocado pelo uso desenfreado de inseticidas que aniquilam a fauna existente, fauna que tem uma forte ação na formação do próprio solo; pelo uso de agrotóxicos que provocam não só transformações prejudiciais nos solos como também, ao serem levados nos pelas águas pluviais, contaminam e destroem a fauna fluvial e lacustre. Os usuários dos agrotóxicos e inseticidas argumentam que eles evitam um maior uso da força de trabalho, diminuindo o custo de produção, e provocam na aceleração na produção agrícola. Preocupam-se com os lucros imediatos e esquecem as conseqüências futuras.

Depois destes exemplos, que são poucos diante da tragédia ambiental em que vivemos, deve-se chamar a atenção para a degradação do próprio homem. O Brasil é habitado, em grande parte, por uma população doente, pobre, analfabeta e sem perspectivas de futuro, fazendo com que uma nova forma de poluição, a miséria, se torne um flagelo, talvez o maior problema nacional. A pobreza e a má alimentação levam ao definhamento do homem, à sua pouca capacidade de

¹⁰ ANDRADE. Manuel Correia de – O Relevo da ZONA Pioneira do Espírito Santo e da Região Contestada. Recife de Filosofia, Ciência e Letras, 1958.

reação às doenças, ao raquitismo, à fome crônica, tão denunciada pelo geógrafo e médico Josué de Castro (¹¹), à preguiça, à desmoralização e à incapacitação para o estudo e o trabalho. Qualquer programa de melhoramento da qualidade de vida no país e de procurade urna modernidade sincera, deveria iniciar-se por uma política de distribuição de renda e de atendimento social à população. Política que deveria ser desenvolvida pelo Estado, com controle da economia e vocação para o social. Mas, urna política deste tipo, procurando estender a cidadania A população, dificilmente pode ser aplicada no Brasil, país com uma tradição secular de dominação de muitos por poucos. E estes poucos têm o controle da economia e do poder.

03 - O ESTADO E UMA POLÍTICA ECOLÓGICA NO BRASIL.

Os vários governos que se sucederam no poder, não tiveram maior preocupação como meio ambiente; preocupados como crescimento econômico, confundiram crescimento com industrialização e desenvolveram urna política neste sentido, sem maiores preocupações com os danos causados ao meio ambiente pelas indústrias aqui estabelecidas. Alguma políticos chegaram afirmar que a maior poluição era a miséria e que a falta de poluição significava a falta de industrias e, portanto, um dano maior que a miséria. Prefeituras chegavam a exagerar, colocando out-doors nas estradas dizendo que a poluição seria benvinda ao município. Projetos industriais subsidiados, como os implantados pelo PROALCOOL e ligados à agroindústria canavieira, ou aqueles ligados no transporte e industrialização do petróleo, à exploração florestal, e às mais variadas industrias químicas, foram campões de poluição e de degradação do meio natural. Fato também largamente ocorrido com a exploração minera).

A Constituição de 1988, graças à pressão de correntes progressistas, apresentou urna grande preocupação com o problema do meio ambiente, determinando princípios essenciais no desenvolvimento econômico do país. É claro que os grupos econômicos prejudicados por medidas progressistas e dispondo de grandes recursos, fizeram lobby sobre a Assembléia Constituinte e conseguiram algumas vitórias, mas também sofreram derrotas expressivas. Assim, cm seu art. 5º, item LXXIII, a Constituição estabelece que qualquer cidadão pode propor ação popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural. N° art. 23, ela considera como da competência doe estados, do Distrito Federal e da União “proteger o melo ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”, assim como “preservar as florestas, a fauna e a flora”, Ainda determina responsabilidade sobre danos ao meio ambiente. N art. 24 estabelece que cabe a União, estados e municípios legislar sobre a proteção do meio ambiente (inciso VIII), enquanto no inciso VI já determinava a competência para legislar sobre “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo edos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.

¹¹ Geografia da FOME. A FOME no Brasil. Rio de Janeiro. O Cruzeiro, 1940.

O Capítulo VI, muito longo, estabelece uma série de regras determinando que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de USO comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impendo-se ao Poder Público e á coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Em urna série de parágrafos e itens deste artigo, a Constitui, estabelece exigências para atividades econômicas que causam maiores impactos, como a caça e a pesca, a fim de evitar a extinção de espécies e proteger as que se encontram em extinção; a exploração mineral, determinando que as empresas dedicadas a esta atividade fiquem obrigadas a ‘recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei”; considera indisponíveis as terras públicas e arrendadas pelos estados, necessárias ó proteção dos ecossistemas naturais; sobre condições de (localização de usinas nucleares; exigência de estudo prévio do impacto ambiental para a implantação de determinadas indústrias, etc.

Ainda estabelece a necessidade de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e de conscientização pública para a preservação do meio ambiente. “Estabelece sanções para as pessoas que apresentarem conduta ou desenvolverem atividades lesivas ao meio ambiente e estabelece ainda que são patrimônio nacional a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matrogrossense e a Zona Costeira”.

Apesar dos dispositivos constitucionais, a Floresta Amazônica continua a ser impiedosamente devastada pela ação de grupos econômicos que a destroem para ocupa-la com pastagens. E o avanço da exploração capitalista, classificada como moderna pelos que dela se beneficiam, vem provocando choque entre os invasores e as populações indígenas e posseiros que se estabeleceram na Amazônia a partir do século passado, como surto da borracha. O bárbaro assassinato de Chico Mendes, foi um episódio desta luta, de vez que o pecuarista e o minerador não toleram o homem da floresta, que pretende organizar e modernizar o extrativismo.

Da Mata Atlântica pouco reata a preservar, pois a sua destruição iniciada no século XVI, vem sendo intensificada até os dias atuais, restando apenas poucos pontos, localizados quase sempre em áreas íngremes onde subsistem relíquias da mesma. A Serra do Mar, no Sudeste do país, sé temo meio ambiente preservado naquelas áreas quase inacessíveis onde é difícil exercer, com intensidade moderna, o processo exploratório. Mas, mesmo nessas áreas, a poluição provocada por indústrias localizadas na planície costeira, vem levando substancias tóxicas para a floresta, provocando grande devastação. O problema na área de Cubatão, que foi até pouco tempo a cidade mais poluída do mundo, alada tem grande atualidade, apesar das medidas protecionistas dos governos paulistas.

O Pantanal Matrogrossense praticamente não tem defesa; dos nos que nele deságuam vem o mercúrio e os sedimentos provenientes da exploração aurífera Na própria área, a caça ao jacaré vem provocando o desaparecimento da espécie;

nesta caça há um duplo; interesse, o do caçador, que procura obter peles valiosas para vendê-las no mercado ser nacional, e a dos criadores de gado que vêem diminuir a sua ação predatória obre os rebanhos.

Na faixa litorânea, o homem vem removendo duna e aterrando mangues para desenvolver a construção de habitações - segunda residência para a burguesia urbana -, criando Cortes impactos sobre a natureza a destruindo a fauna e flora nativa, sem o menor respeito so, meio ambiente. A especulação imobiliária se estende hoje por todo o critério brasileiro, provocando o surgimento de cidades de veraneio, de férias, e a baba estação. Urna propaganda que supervaloriza o turismo como indústria desenvolvimentista vem sendo usada para justificar grandes aplicações de capital no ator.

Como se pode ver, a ação desestabilizadora do equilíbrio ambiental ocorre com maior ou menor intensidade cm todo o território nacional, provocando a destruição da flora, da fauna e empobrecimento do homem. Necessário se torna que o Governo federal e os dos estados e municípios criem urna legislação que complete os princípios estabelecidos na Constituição de 1988, racionalizando a expansão econômica e a ocupação do território, a fim de que se tenha um desenvolvimento equilibrado; que realize estudos ambientais, debatendo com a sociedade civil as vantagens e das vantagens das formas de exploração econômica a desenvolver, estabelecendo urna escala de prioridades e urna qualificação das formas de intervenção que atinjam estabelecimentos industriais altamente poluidores e impeçam a implantação de novos que irão poluir.

Os recursos devem ser explorados respeitando os direitos dos povos que habitam as áreas onde se encontram e os interesses das populações futuras, utilizando métodos e técnicas que evitem a destruição da natureza e, conseqüentemente, empobrecimento da sociedade. Mas, ào lado da ação do Poder Político, é necessário uma conscientização da população porque ela tanto pode incentivar com sabotar urna política racional.

O Estado e à sociedade devem estar engajados nos memos princípios e objetivos; o patrimônio ecológico é de ambos e ambos devem se conscientizar da necessidade de defendê-lo quando grupos econômicos e políticos, visando o atendimento de histereses imediatos, se propuserem a fazer urna exploração irracional e urna degradação criminoso. A manutenção de um meio ambiente sadio é um dever da sociedade, uma obrigação do povo e do Estado. Daí ser indispensável a definição de urna política que permita a exploração dos recursos naturais mas impeça a sua degradação. A questão ambiental não pode ser transformada em um mito ou uma utopia a serviço de “xiitas” de diversas tonalidades, mas não pode ter condescendência com aqueles que não sentem compromisso com a natureza e como bem estar da população.